

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon _ Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 _ Londrina _ PR

Data: 19 de julho de 2017

Horário: 08:15 horas (1ª convocação) – 08h30min (2ª convocação)

1 Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e dezessete foi realizada reunião
2 extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social no Campos Ipolon, sito a Rua
3 Alagoas, 2015, sala 1008_Centro_, Londrina_ PR. Os participantes desta reunião foram
4 registrados em lista de presença devidamente assinada e anexada. A reunião é iniciada em
5 segunda chamada, às oito horas e 30 minutos. **Apresentação e aprovação da pauta:**
6 Valmirete iniciou a reunião com a apresentação da pauta por deliberação do CMAS ficou
7 aprovação atas para próxima reunião, devido ao pouco tempo que se deu para a leitura.
8 Todos deverão lê-las e só haverá aprovação sem leitura. Diante da falta de quórum para a
9 provação do orçamento foi feita a inversão. 2. **Comissão de Acompanhamento.** Ivana
10 Paula Furlan Rodolpho relatou que foi criada uma comissão e cada um ficou com número de
11 instituições. Dessa forma, ficou com um grupo de instituições e fez o relato de como foi o
12 trabalho de acompanhamento realizado, relatou que foi a qualificação da documentação,
13 plano de ação e relatório que instituições entregaram até dia 31 de abril. Ivana fez o relato da
14 comissão de acompanhamento de serviços e avaliação de projetos e programas o qual
15 avaliou ILPIs: 04; casas de apoio: 04; defesa de direitos: 08; assessoramento: 01. Quanto às
16 ILPIs, teve como colaboradora Ana Karina da Secretaria do Idoso, foram avaliadas o lar maria
17 Tereza Vieira: favorável; sociedade espírita de promoção social: favorável; são Vicente de
18 Paulo: favorável. Ivana fez as seguintes ponderações: Foi encaminhado ofício para entidade
19 solicitando esclarecimento de itens: capacitação interna (pontuar as em rede); metodologia
20 (detalhar as atividades realizadas com a rede de serviços e famílias); construção de
21 indicadores; detalhamento de recursos. Optou-se por chamar a técnica da instituição para
22 orientação e foi entregue nova documentação dentro do prazo estabelecido. Quanto a
23 modalidade casas de apoio teve como colaboradora Tatiana da Secretaria Municipal de
24 Assistência Social. Foram avaliadas, centro de apoio esperança: favorável. Considerações:
25 Encaminhado ofício a entidade solicitando informações quanto a: capacitações ocorridas;
26 recursos humanos; metodologia. Entidade respondeu dentro do prazo. Além disso não tem
27 técnicos contratados. casa de apoio Madre Leonia: Favorável. Assoc. Voluntários HU:
28 favorável, também não tem técnicos contratados. ONG VIVER: favorável. Teve como
29 considerações: A lei 12.868/13, prevê as casas de apoio enquanto entidade de assistência
30 social, na modalidade de acolhimento institucional provisório, durante o tratamento de
31 doenças graves, fora da localidade de residência. Ressalta-se a fragilidade de legislações
32 para regulação desses atendimentos no âmbito do Suas. Modalidade: defesa de direitos.
33 Cáritas: favorável. Considerações: Ofício solicitando detalhamento das ações com crianças,
34 adolescentes, jovens, adultos..., previsão de atendimento, território e critério de seleção.
35 Entidade respondeu dentro do prazo estipulado. Sugestão de maior articulação com a rede
36 sócio assistencial. Proposta de folder sobre os conselhos em 2016, foi efetivada? Adevilon:
37 favorável. Ivana indica que falta aproximação das casas de apoio com a rede
38 socioassistencial e falta um direcionamento, é um serviço importantíssimo, mas não tem

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 uma coerência entre elas, cada qual faz da forma como acha correto. Márcia Valin coloca que
40 ano passado Sirlene que ano passado como monitoramento, comissão de cadastro e
41 acompanhamento foram feitas várias visitas e orientações. Marcia Valin questionou se não
42 houve avanço após esse processo? Ivana coloca que avançou muito pouco. Gisele Tavares
43 disse que no processo de monitoramento não houve a inclusão das casas de apoio. Marcia
44 coloca que a comissão de inscrição e cadastro deve colocar alguns critérios mínimos para ter
45 parâmetros para tratar de forma igual. Independente de convênio deve ter parâmetros
46 mínimos. Ivana ressalta que considerou a manutenção por já terem o registro e ser
47 indiscutível sua importância. Ficou deliberado que quando nova composição de conselheiros
48 assumir CMAS já nas primeiras reuniões se compunha uma comissão para definir esses
49 parâmetros e diretrizes, critérios mínimos, envolvendo CMAS, monitoramento, gerencia de
50 serviços de alta complexidade e casas de apoio. Ivana falou sobre a importância do trabalho
51 ofertado pela CARITAS, mas coloca que o mesmo é solto e ficou como encaminhamento a
52 aproximação da rede socioassistencial. Valmirete Alves da Silva relatou que ALIA já havia
53 perdido o prazo inicial para entrega dos documentos para manutenção do registro e foi
54 notificada, no momento fez devolutiva que estava passando por problemas e teria sim
55 interesse em manter o registro. Diante disso, CMAS deu novo prazo o qual novamente não
56 foi cumprido, porém a entidade entregou os documentos solicitados. Senhor Carlos Da Silva
57 conselheiro dos usuários disse que ALIA estava com problemas e dívidas, mas é uma
58 entidade séria e comprometida. Gisele disse que na época secretaria não sabia dos
59 problemas, pois ALIA não levou situação para a gestão, só ficaram sabendo através do
60 CMAS tempos depois e que saíram alguns encaminhamentos, mas não se lembra quais e
61 deveria ser retomada a ATA para ter certeza. Márcia disse que deve-se pensar bem em
62 impactos para a entidade ficar sem o registro, visto que agora que está conseguindo
63 regularizar sua situação, pode perder isenções e outras coisas. Paulo Aragão relata que
64 estamos falando de uma entidade da rede que nós conhecemos e única a prestar esse
65 serviço e isso poderia atingir diretamente ao usuário, principalmente agora com a dificuldade
66 de aquisição de remédios. Ivana só coloca que há a preocupação de que isso desencadeie o
67 descumprimento dos prazos por outras entidades. Marcia disse que em outras gestões do
68 CMAS houve manutenção com advertência de que na reincidência não seria aceita. Valmirete
69 disse que é a primeira vez que alia atrasa. Diante disso, Paulo sugeriu que se mantenha o
70 registro mas ALIA deve ser advertida que se houver reincidência deverá ser feita nova
71 inscrição. Após várias discussões ficou deliberado pela plenária que Comissão de
72 acompanhamento fará a avaliação durante essa semana da situação e na próxima reunião do
73 CMAS em 26/07/2017 será deliberado pela manutenção ou não do registro. Paulo Aragão
74 disse que não conseguiu terminar todas as visitas e que deveria ter prazo para isso. Ivana
75 disse que prazo já terminou que seria 15 dias antes da conferência. Valmirete pergunta se
76 isso impedirá entidades de participar de chamamento. Ivana ressalta que não, pois todas que
77 entregaram plano de ação e relatório de atividade mantiveram inscrição. E esse processo é
78 de qualificação da documentação. Márcia Valin Paiva esclarece que isso difere do convênio.
79 Mesmo assim Marcia sugere que o prazo deva existir. Ficou deliberado pelo prazo de
80 avaliação da comissão de acompanhamento até dia 13/09/2017. **3. Comissão de**

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 **Inscrição.** Liliane falou que com saída de Martinha está sem representante gov na comissão.
82 Também relatou que tem 4 entidades com pedidos de registro para o CMAS analisar. Hoje
83 comissão está com 3 representantes não gov e nenhum gov. Diante da mudança de
84 conselheiros ficou a sugestão de serem chamados colaboradores até que nova composição
85 de Conselheiros assuma. Foram sugeridos os seguintes servidores: Amanda Boza, Rodrigo
86 (Gerente de criança), Maria Lucimar ou Ana Paula (Secretaria da Mulher). Amanda Boza
87 aceitou o convite e será colaboradora na comissão. Ficou deliberado que Selma secretaria
88 do CMAS faça o convite aos demais e passe contato de Liliane para fazerem a agenda de
89 acompanhamento. Aurélio ressalta a importância dessa força tarefa, pois algumas estão
90 fazendo devido ao interesse público que possam participar do chamamento, serviços que
91 serão necessários. **4. Apresentação edital da Conferência.** Amanda Boza iniciou a
92 apresentação do edital e houveram muitas dúvidas e sugestões, fazendo já a correção dos
93 itens. Diante do avançado da hora e da necessidade de se discutir o orçamento e aprovar o
94 edital de chamamento foi interrompida a apresentação e sugerido que cada um leia e traga
95 só as dúvidas e correções para a próxima reunião. Ficou deliberado que Selma secretaria
96 CMAS envie o edital para que todos leiam e tragam as sugestões já prontas para a próxima
97 reunião. **5. Chamamento 2018 – Convênio** Aurélio sugere que ele faça toda a apresentação
98 e que os presentes se escrevam para tirar dúvidas ao final, pois durante a própria
99 apresentação já poderão ser esclarecidas. Aurélio inicia esclarecendo que devido a previsão
100 do orçamento para 2018 ser insuficiente para cobertura de todas as despesas, o
101 chamamento terá que prever o financiamento das ações apenas para 10 meses. Marica
102 relata que embora não concorde em chamamento de 10 meses relata que comissão de fundo
103 se reuniu duas vezes durante esta semana e que o assunto foi amplamente discutido. Que
104 chamamento de 10 meses não é o ideal, mas cumpre os prazos. Desde que fique claro para
105 o poder público a necessidade de receber para outros dois meses, pois a entidade não tem
106 como se manter sem recurso por dois meses. Aurélio apresenta ao Conselho a proposta de
107 critério de partilha, sendo demonstrado por modalidade de serviço, as metas e valores a
108 serem cofinanciados para 2018. Esclarece que o valor da meta proposto, tem como base no
109 valor de 2017, acrescido de 4,11% que é o percentual de correção definido na LDO 2018.
110 Durante a apresentação do Chamamento efetuado por Aurélio, a Conselheira Márcia Paiva
111 pediu para registrar em Ata, que a Comissão de Fundo não concorda com abertura de
112 Chamamento de 10 meses, mas que considerando que se esse processo não for iniciado
113 imediatamente, em virtude dos prazos, poderá haver prejuízo para os usuários e entidades
114 parceiras, pois poderia gerar descontinuidade dos atendimentos em decorrência de um
115 período sem convênio. Ressaltou, essa foi a saída para que não haja descontinuidade dos
116 serviços, e que fazer um chamamento para doze meses, com o valor correspondente a 10
117 meses, seria transferir a responsabilidade para as entidades. Márcia ainda destacou que hoje
118 as entidades tem uma papel fundamental em relação a participação e discussão do
119 orçamento para garantir orçamento para 12 meses para as subvenções. Márcia iniciou a sua
120 fala destacando a colaboração dos servidores da SMAS em relação as discussões,
121 disponibilização de informações, reflexões, e compreensão das competências da comissão
122 de fundo; Márcia informou que a comissão se reuniu duas vezes essa semana, na

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 segunda e terça-feira; A Comissão de Fundo informou que retomou a análise do
124 Chamamento, a partir da apresentação efetuada pelo Aurélio na Comissão; Márcia informou
125 que a Comissão de Fundo discutiu o Balanço das atividades da comissão nessa gestão, e
126 que levantaram os desafios e pendências; Marcelo e Sissy apresentaram a Planilha de
127 Execução do Orçamento de 2017 – até julho – para Comissão de Fundo, e discutiram a
128 análise que a Comissão tem feito em relação aos saldos e deliberações do CMAS, como a
129 necessidade de agilizar os processos internos da SMAS; A comissão de fundo analisou os
130 saldos e deliberações já efetuadas, a partir dos dados recebidos pela Secretária Nádia do
131 MDS e já analisados pela Gisele e Aurélio, que também foi objeto de discussão na Comissão
132 com o Marcelo e a Sissi. Informou que o Provopar regularizou as parcelas, e que está
133 providenciando os documentos pendentes para o repasse, e que o Aditivo está em
134 andamento; Informou que as entidades receberão os recursos decorrentes da correção de
135 2016 para 2017, pois já foi empenhado e a precisão é 27/07/2017; Informou que está
136 pendente o agendamento de reunião com a Cáritas, mas que retomaram; A Comissão
137 reiterou a preocupação em relação aos saldos do IGD Bolsa, e ratificou ser indispensável
138 apresentação de proposta em relação aos cadastradores, mas pontuou que ainda para 2017
139 serão necessário recursos para pagamentos de contratos dessa fonte, observando a
140 legislação vigente, considerando as atividades realizadas nos CRAS, solicitando o apoio da
141 Secretária Nádia. Márcia questionou o porquê da noite fria não entrar no chamamento, pois
142 assim teríamos um serviço de acordo com o que é preciso ser ofertado sem ficar refém de
143 aceitar qualquer oferta por não tem quem se coloque a ofertá-lo e se tem como vincular a
144 execução da noite fria para quem optar por atender o serviço de acolhimento. Aurélio disse
145 que talvez não tenha como exigir ou amarrar a execução do noite fria para as entidades que
146 se que inscreverem ao chamamento para o serviço de acolhimento, mas deve ser feita a
147 discussão no CMAS. Luana coloca que questão de metas Serviço de Proteção Social
148 Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias deve ficar em aberto.
149 .Aurélio disse que não tem como amarrar noite fria nesse chamamento, mas deve ser feita a
150 discussão no CMAS. Luana coloca que questão de metas deve ficar em aberto. Neusa Tiba
151 coloca que é necessário atender a diretriz prevista na Política Nacional de Assistência Social,
152 que é a Centralidade na família, já Luana complementa que sim, porém há de se concordar
153 que atendimento e acompanhamento sistemático da proteção social especial é complexo é
154 difere quando acompanha uma família com dois integrantes de outra com 7. Além disso tem
155 as intervenções com o cuidador. Márcia coloca que vai depender da metodologia. Foi
156 deliberado que metas fiquem em aberto e diretorias definam critérios junto ao monitoramento
157 e avaliação. Aurélio coloca que esses 10 meses é para continuidade do serviço e não
158 fechamento do ano. Depois terá aditivo para os dois meses restantes. Liliane perguntou
159 sobre como fará com os dois meses se não houver recurso, pois entidade não tem como
160 funcionar sem recurso. A Secretaria Nádia moura disse que orçamento está em discussão
161 com planejamento e já sabem dessa dificuldade. Também já tem feito uma conversa com
162 esfera federal na busca pela regularidade dos repasses. Assim Nádia Moura reforça que
163 gestão pretende continuar pagando os dois meses só não pode por no chamamento sem
164 previsão orçamentária. Márcia questiona qual o plano de providência para saber qual

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165 condição posterior manutenção do serviço. Marica relata que antes não tinha a
166 obrigatoriedade de não ter entre os dirigentes parentescos com o poder público. Aurélio disse
167 que agora tem vedação por meio dos dispositivos da Lei 13.019/2014 e as entidades deverão
168 se adequar até o chamamento e apresentar uma declaração dizendo que não há entre dos
169 dirigentes vinculação de parentesco com agentes do poder público. Foi colocada a proposta
170 de chamamento para 2018 em votação e foi aprovado, mas que o CMAS já manifeste por
171 ofício ao prefeito a preocupação com os dois meses fora do chamamento e sem previsão
172 orçamentária. Luana coloca que tem receio quanto a documentação. Valmirete lembra que
173 anteriormente Neusa Tiba relatou que teria uma terceira turma de capacitação do CMDCA
174 sobre marco regulatório e seria aberta para CMAS. Aurélio disse que durante o processo já
175 sabe que surgirão dúvidas e estará à disposição para esclarecimentos. Marcia coloca
176 preocupação com nível de exigências que serão postos nos anexos, planos de trabalhos,
177 pois se forem muito superiores à capacidade das entidades, podem excluí-las. Valmirete
178 lembra o avançado da hora, visto ser 12 h e não ter ainda feito a discussão de alguns pontos
179 da pauta. Também ressalta que precisa do balanço das comissões e mesa diretora para a
180 próxima reunião, pois terá que apresentá-lo na Conferência Municipal de Assistência Social.
181 Solicitou que se comuniquem por e-mail caso não consigam fazer reunião e tragam balanço
182 no dia 26/07/2018. 6. Orçamento 2018- Marcia coloca que está sendo amplamente discutido
183 na comissão de fundo e com representantes da CMAS para esclarecimento e por isso
184 apresentação de Gisele Tavares será aberta acordo com os elementos de despesa, para
185 melhor compreensão. Em relação a apresentação do Orçamento Márcia pontuou que espera
186 que o CMAS não aprove o orçamento, considerando o déficit apresentado, e que na PRÉ
187 DOS TRABALHADORES já houve encaminhamento em relação a essa pauta, e que o CMAS
188 deve também tomar providência quanto a essa questão. A conselheira Márcia se posicionou
189 durante a apresentação do Orçamento, observando não concordar que conste previsão para
190 pagamento da ACESF em 2018, considerando o déficit, que não está discutindo o mérito
191 dessa ação, e que a sua sugestão é que esse recurso vá para o pagamento da subvenção da
192 especial, considerando as demandas e atendimento integral realizado, e sugere ainda que
193 seja previsto apenas R\$ 1000,00 para que seja feito o orçamento no caso de aporte para
194 2018. Também falou sobre documento que Secretaria Nádia recebeu MDS para baixar saldos
195 dos fundos externos. Nádia relatou que provopar já regularizou situação e já está recebendo
196 os recursos. Com o demonstrativo considerado pelo Fundo Nacional acerca dos valores de
197 saldo das contas, ressaltando a necessidade de ações para baixar tais saldos de forma a
198 reabilitar o município ao recebimento dos recursos da esfera federal. Nádia relatou que o
199 Provopar já regularizou situação e já está recebendo os recursos. Gisele passou a apresentar
200 os dados do orçamento, por unidade orçamentária, sendo 25.010 a Coordenação Geral da
201 Secretaria Municipal de Assistência Social, 25.020 o Fundo Municipal dos Direitos da Criança
202 e do Adolescente, e 25.030 o Fundo Municipal de Assistência Social; considerando todos os
203 projetos e atividades previstos na proposta orçamentária, com seus respectivos elementos de
204 despesas e valores atribuídos. Conforme solicitado pela Comissão de Fundo, Gisele
205 apresentou um comparativo dos valores de fonte livre em cada elemento em 2018 e 2017,
206 conforme segue: Na unidade 25.010: Projeto “Obras e equipamentos – SMAS”: R\$ 6.000;

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

207 “Atividades da SMAS”: R\$ 330.000,00; Atividades de Gestão Administrativa, Financeira e do
208 Sistema Municipal de Assistência Social”: R\$ 138.000,00; “Atividades de Proteção Social
209 Básica”: R\$ 2.000,00 (exceto pessoal); “Atividades de Proteção Social Especial”: R\$ 2.000,00
210 (exceto pessoal); Obras e equipamentos Conselhos Tutelares”: R\$ 2.000,00; “Atividades dos
211 Conselhos Tutelares e CMDCA”: R\$ 466.000,00. Na unidade 25.020: “Obras e equipamentos
212 – FMDCA”: apenas fonte 880; “Atividades do FMDCA”: R\$ 9.000,00, mais fonte 880. Na
213 unidade 25.030: “Obras e equipamentos – PSB”: R\$ 26.000,00, mais fonte 940; “Obras e
214 equipamentos – PSE”: R\$ 26.000, mais fontes 815 e 843; Obras e equipamentos – Gestão do
215 SUAS”: R\$ 3.000,00, mais fonte 936; “Atividades de PSB”: R\$ 15.609.000,00, mais fontes
216 934 e 940; “Atividades de PSE”: R\$ 7.070.000,00, mais fontes 812, 815, 843, 938 e 939;
217 “Atividades de Gestão do SUAS”: apenas fonte 936; “Atividades de Apoio ao CMAS: apenas
218 fontes 936 e 940”. Maiores detalhes constam na íntegra do documento arquivado no CMAS.
219 Salientou que há um déficit de R\$ 2.373.000,00 para que o orçamento cubra todo o custeio
220 dos serviços, programas e benefícios no ano de 2018, sendo R\$ 143.000,00 na unidade
221 25.010 e R\$ 2.230.000,00 na unidade 25.030. Gisele informou que, devido à elaboração do
222 PPA os projetos e atividades constantes do orçamento sofrerão adaptação e os nomes e
223 distribuição dos valores ora apresentados poderão ser alterados, não mudando, porém, os
224 valores totais alocados por fonte de recurso e por destinação em cada unidade orçamentária.
225 Houve a apresentação até o item “Atividade da PSB”, tendo-se debatido a manutenção ou
226 não do valor alocado para pagamento do auxílio funeral nesse cenário de déficit de
227 orçamento. Devido ao avançado da hora, 12:50h e ainda faltar a parte da apresentação
228 relativa à Proteção Social Especial, e também por conselheiros já terem saído e não haver
229 mais quórum para votação dessa matéria ficou deliberado que a apresentação do orçamento
230 será retomada na próxima reunião. Devido ao avançado da hora, 12:50h e ainda faltar parte
231 da apresentação e também por conselheiros já terem saído e não ter quórum ficou deliberado
232 que o orçamento ficará para ser apresentado à aprovação na próxima reunião. Paulo falou
233 que não tem como aprovar um orçamento da forma como está. Márcia relatou que espera
234 que não. Nádia coloca que SMAS já tem se manifestado quanto a isso junto fazenda e que
235 tem a possibilidade de Edson participar da próxima reunião para fazer a discussão. Marcia
236 disse que não é o caso. Ficou deliberado que quando novos conselheiros assumir formar
237 comissão para falar com prefeito e planejamento. Entretanto, ficou deliberado que o CMAS já
238 pode se manifestar quanto ao que é preciso no orçamento, ou seja, o valor de R\$
239 2.373.000,00, com a indicação de que esse montante é necessário para assegurar a
240 manutenção do que hoje é realizado. Registre-se que a lista de presença é documento
241 integrante desta ata. A reunião é encerrada às 13h11min, sendo o que havia a ser relatado,
242 eu, Marina Bertoncini de Andrade, primeira Secretária deste Conselho, redijo a presente ata
243 desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.